

IBC ficará sem salários

A proposta orçamentária do Governo não contém — e o relator-geral da Comissão Mista do Congresso rejeitou a tentativa de incluí-la — qualquer dotação para pagamento de vencimentos, salários e proventos de inativos do IBC. Com esta situação, caso o plenário do Congresso não a altere, o IBC ficará ameaçado de não poder pagar seus funcionários em 1989, uma vez que os recursos próprios do órgão não permitem fazê-lo.

A denúncia foi feita ontem pela Associação dos Servidores do IBC, em manifesto dirigido ao Congresso e ao País, alertando para a omissão do Governo e a subseqüente rejeição da emenda do deputado José Maria Eymael, que corrigiria a falha da proposta orçamentária original.

SEM RECURSOS

O manifesto dos servidores es-

clarece que o IBC não dispõe de recursos próprios, em virtude de ter sido extinta, desde 1969, a Taxa de Custeio prevista pela Lei nº 1.779, de 1952. Além disso — esclarece — os recursos do Funcafê não prevêem nem aditem repasses para pagamento de pessoal. Por estas razões, essa despesa vinha sendo custeada pela União, com recursos específicos consignados no Orçamento.

A proposta para 1989 excluiu a rubrica, sem qualquer explicação e sem a enunciação de qualquer plano alternativo para assegurar o pagamento.

Os servidores do IBC acham-se agora mobilizados para levar o plenário do Congresso a aprovar a emenda do deputado José Maria Eymael, para a qual o senador José Richa apresentou ontem um pedido de destaque.